

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 78

Janeiro – 2007

S U M Á R I O

2 | *Escalada no Iraque: armadilha para 2008?*

Virgílio Arraes

4 | *Bolívia e a II Cúpula Sul-Americana de Nações: desacertos internos versus integração regional*

José Ribeiro Machado Neto

7 | *Fórum Social Mundial: nove objetivos gerais e alguns grandes equívocos*

Paulo Roberto de Almeida

15 | *Eleições na Venezuela: Chavez e o Fio de Ariadne*

Thiago Gehre Galvão

Resenha

19 | *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*

Ricardo DaSilva

Escalada no Iraque: armadilha para 2008?

*Virgílio Arraes**

Nas eleições de novembro de 2006, o Partido Republicano sofreu revés considerável, em boa medida por causa das dificuldades da política externa no Oriente Médio e Afeganistão. Uma das primeiras conseqüências seria a exoneração do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld. A outra, em curso, referir-se-ia aos lançamentos de candidaturas pré-presidenciais do Partido Democrata – até o momento, duas.

Isto simboliza, de certo modo, o envelhecimento precoce da segunda gestão Bush, centrada no combate ao terror e férrea oposição a determinados regimes ditatoriais – o que no idioleto republicano significa duas vertentes desde o final da Guerra Fria: se aliado, autoritário; se opositor, totalitário, conforme proposição de Jeane Kirkpatrick, Embaixadora junto às Nações Unidas entre fevereiro de 1981 a abril de 1985.

À primeira vista, a derrota nas urnas conduziria à reflexão de que a política externa executou um projeto equivocado, o que demandaria a necessidade imperiosa de revê-lo imediatamente, por implicar, no mínimo, mais risco de morte para dezenas de milhares de cidadãos norte-americanos – muitos dos quais recrutados em áreas rurais desassistidas – e iraquianos, além de contribuir ainda mais para desestabilizar o Oriente Médio.

Todavia, a Casa Branca parece tê-la interpretada como um plano correto implementado de maneira errônea – um percalço temporário, o que justificou a saída de Rumsfeld, não dos formuladores neoconservadores. Assim, a sua correção contempla intensificar o aparato militar na região, ao enviar para o Iraque mais 21 mil e 500 efetivos e ao considerar a hipótese de ataque à Síria ou ao Irã, conquanto o Congresso questione os custos não só econômicos mas principalmente políticos de tais empreendidas.

Apesar da avaliação negativa, a Casa Branca comporta-se de modo solerte, ao advertir o Senado, por meio do Departamento de Defesa, sobre a possibilidade de uma resolução contrária ao envio de tropas adicionais, aprovada até o momento na Comissão de Relações Exteriores – ela solicita mais esforços diplomáticos, insta a redistribuição do efetivo, ao lotá-lo nas fronteiras em detrimento das zonas urbanas, e pede mais treinamento das forças de segurança iraquianas.

Na visão governamental, tal tipo de manifestação só auxiliaria o adversário, ainda que não seja a intenção prevista. Contudo, muitos parlamentares do Partido Republicano receiam conceder um apoio maior, sob pena de desgaste perante seu eleitorado em 2008. Por outro lado, o Executivo desafia a oposição a apresentar um plano alternativo para o Iraque.

Nesse sentido, o governo recorre a analogias históricas, ainda que destaque a sua imperfeição, no caso por meio da titular do Departamento de Estado, Condoleeza Rice. Destarte, compara-se o presente desafio ao do tempo do início da Guerra Fria, cuja duração estendeu-se por quase meio século até a vitória final. No entanto, as molduras sócio-culturais de ambas as áreas, além do distanciamento temporal, diferenciam-se sobremodo. A região médio-oriental não saiu de um amplo confronto – a II Guerra Mundial – em que uma coligação de países da própria área – o eixo nazifascista – tivesse devastado os demais.

Registre-se que os Estados Unidos não foram lá, desta vez, para encerrar um conflito, porém para iniciá-lo, fato agravado pela ausência de apoio formal da comunidade internacional. Além do mais, conforme acima mencionado, concentram-se demais em dois da totalidade de países do Oriente Médio, talvez em função de uma visão marcada ainda pela

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

dicotomia bipolar, incapaz, portanto, de ser aceita até mesmo por seus aliados mais próximos, como França e Alemanha, alcunhados, em passado recente, de 'Velha Europa, por Donald Rumsfeld.

Os dois grandes conflitos travados durante o período bipolar, Guerra da Coréia (1950-1953) e Guerra do Vietnã (1965-1975), foram encerrados por presidentes republicanos. No primeiro, Dwight Eisenhower declarou seu fim, sem atacar diretamente os democratas, ao reconhecer a impossibilidade de ganhá-lo; no outro, Richard Nixon não desfrutou

do tempo suficiente para pô-lo a termo, porém não perdeu oportunidades para criticar acerbamente seus adversários.

Caberia a seu sucessor, Gerald Ford, passar à história como o único dirigente a recentemente perder uma guerra. O reflexo viria na disputa presidencial, com a vitória de Jimmy Carter. Deste modo, ao pressentirem a possibilidade real de perda da Casa Branca durante o desenrolar das eleições em 2008, os republicanos poderão deixar o fardo da ocupação do Iraque para seus opositores.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Bolívia e a II Cúpula Sul-Americana de Nações: desacertos internos versus integração regional

*José Ribeiro Machado Neto**

O presidente Evo Morales parece não ter escutado os conselhos dos seus vizinhos para arrumar a casa antes de sediar a II Cúpula Sul-Americana de Nações (Casa). Talvez, a exemplo que ocorreu na Argentina durante o regime militar em 1982, quis transferir para a esfera externa a solução para crise política interna, sediada em três espaços geográficos: La Paz, Sucre e Cochabamba. Nesta altura dos acontecimentos, La Paz, de há muito tempo, não parece ser um sítio seguro para recepcionar mandatários estrangeiros, nem um pouco interessados na pacificação boliviana, mas sim, nas possibilidades de ampliação de negócios bilaterais e, também, no retorno da velha retórica da integração latino-americana, notadamente, sob uma forma diferenciada da cepalina, em cartaz, desde a década de 1950.

Desta feita, foram convidados todos os mandatários latino-americanos, inclusive, o do México, Felipe Calderón; da Nicarágua; os recém eleitos Daniel Ortega e Rafael Correa, do Equador; e, inclusive, o do Panamá, Martín Torrijos. As ausências foram de Nestor Kirchner, da Argentina; Álvaro Uribe, da Colômbia; Alfredo Palácio, do Equador; Felipe Calderón, do México; Martín Torrijos, do Panamá; e Ronald Venetiaan, do Suriname. Os destaques – além de Evo Morales, o anfitrião – ficaram a cargo os presidentes Lula, do Brasil; da presidente Bachelet, do Chile e do bolivariano Hugo Chávez, da Venezuela. Das participações, esperava-se, que se caracterizassem por propostas de impactos de natureza individualizada, fato que infelizmente não ocorreu.

Ao presidente brasileiro foi, inclusive, solicitado o arbítrio para negociações entre o governo boliviano

e a oposição, liderada pelo atual governador do Departamento de Beni, Ernesto Suárez; pelo prefeito da capital Trinidad, Moisés Schiriqui, por Rubén Costa, governador do departamento de Santa Cruz, apoiados pelo ex-presidente Jorge “Tuto” Quiroga e por outras lideranças dos departamentos de Pando e Tarija. O movimento opositorista contou ainda com lideranças empresariais e políticas, a exemplo do empresário Samuel Doria Medina, forte expressão do partido Unidade Nacional, que poderá tornar-se numa nova força política contrária a Morales, dada a sua capacidade de arregimentar os movimentos sociais em ebulição nas áreas urbanas.

A oposição arregimentou também lideranças sindicalistas e estudantis, unidas em defesa da manutenção do dispositivo constitucional de 2/3 para novas forjas institucionais contrárias à decisão governamental da simples maioria, para uma nova Constituição. O embate, de natureza interna, transcende a vontade dos partidos que gravitam em torno do MAS (Movimento ao Socialismo), partido governamental, cujas compensações são, a cada dia, menos convincentes, não obstante o peso do governo de 51% na Assembléia Constituinte.

O clima de incerteza tem aumentado com novas adesões, e já compromete não somente a governabilidade de Morales, como qualquer tentativa de jactar a Bolívia para além do ideário imposto pelo MAS. Assim, tornou-se um imperativo estancar quanto antes o crescimento do movimento contestatório, sem traumas, isto é, sem o uso da força. Entretanto, não sendo possível atingir o desejado caminho da paz, a Bolívia poderá retornar imediato ao ciclo de golpes,

* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

distanciando-se não somente do seio do Mercosul, como também da comunidade internacional das nações político-economicamente organizadas.

A Bolívia de Morales já não é a mesma de Sánchez de Lozada (2003-2005) e nem de Carlos Mesa (2005-2006), um antichileno sem causa, mas apaixonado por referendos populares em questões de amplitude nacional. Nesses instantes segue um caminho tortuoso, de crise em crise, com constantes perdas de expectativas externas e de apoio para a unidade política interna. Além disso, a governabilidade está fracionada em partes desiguais e diferenciada entre La Paz, Sucre e Cochabamba, deixando margens para que novos departamentos ascendam com novos partidos políticos, novas lideranças e novas demandas sociais, exigindo cada vez mais do poder central maior capacidade e uma especial habilidade para negociar os objetivos nacionais, mediante consenso.

Para Morales – o primeiro presidente indígena, um político de caracterização pessoal informal um tanto exagerada e sem imitadores – seguir com proximidade e uma aparente lealdade os exemplos cubano e bolivariano parecia o intento necessário e viável para respaldar as medidas de impactos, tomadas no início de seu governo, em março de 2006. Sob a ótica cubana, a tentativa de uma gradual expropriação de empresas estrangeiras sediadas em solo boliviano e responsável pela dinamização do setor de hidrocarbonetos ecoou como uma *blitzkrieg*, atirando estilhaços para outros continentes, mas atualmente, adormecida. No que diz respeito à vontade autóctone de Morales, falta recursos financeiros e tecnológicos necessários para uma possível estratificação importadora. Da mesma forma, falta diversificação exportadora, capacidade de coalizão do MAS com os partidos de oposição e, principalmente, retórica e carisma, para nivelar-se ao vizinho Hugo Chávez, patrono e garantidor virtual de seus arroubos antiimperialistas.

A convocação da II Cúpula Sul-Americana de Nações (Casa) pode parecer, a princípio, uma tentativa de obtenção de prestígio do governo Morales perante seus vizinhos. Uma espécie de ratificação de medidas político-diplomáticas impostas recentes por La Paz, consideradas na sua maioria peremptórias,

agressivas e com limitadas possibilidades em curto prazo de transferência de ganhos de bem-estar aos bolivianos. Observa-se, ainda, que a cúpula decisória boliviana – da qual, além de Morales, fazem parte Álvaro García Línara, vice-presidente; Silvia Lazarte, presidente da Assembléia Constituinte; os ministros Carlos Villegas, dos hidrocarbonetos; David Choquehuanca, do exterior; Juan Ramón Quintana, da defesa; Wálqer San Miguel, da defesa; Hugo Salvatiera, do desenvolvimento rural e meio ambiente; e Alicia Munóz, do interior – ainda não estabeleceu uma agenda político-ideológica uniforme, capaz de neutralizar os arroubos dos movimentos sociais e os impactos restritivos à regularidade interna, necessária ao curso da economia boliviana.

A agenda da II Casa, apesar de amplamente discutida alberga itens tradicionalmente desejados pela maioria dos estados latino-americanos: i) integração regional energética; ii) integração da infra-estrutura regional; iii) eliminação de assimetrias macroeconômicas; iv) reformulação das necessidades financiamento externo; e v) a própria validade da existência da Casa. O tema integração regional continua como a principal controvérsia entre os governantes. Tabaré Vasquez, do Uruguai alega que a região não tem propostas concretas para integração e crescimento; Alan García, do Peru, propõe uma integração educativa para a região, com a definição de objetivos e princípios; Hugo Chávez, da Venezuela, sugere clareza na definição de objetivos para a integração e que a mesma seja de natureza energética, com investimentos bilaterais, a exemplo da parceria Petrobrás e a PDVSA, a estatal venezuelana do petróleo, para a instalação de uma refinaria em Pernambuco, cujo projeto ainda não saiu do papel. Tais clamores, por sua vez, dificultam o consenso e comprometem os resultados esperados da Cúpula, criando ainda, possibilidades de transformá-la apenas num novo *tour de integración*, com um repetido adiamento para a repartição de ganhos reformistas para o patrimônio sócio-político latino-americano.

Aceitando-se como objetivos primordiais da II Casa a integração sócio-econômica, ambiental e de infra-estrutura e a redução das desigualdades sociais

no continente, o elenco de propostas brasileiras apresentado pode ser considerado consistente e coerente com a realidade atual político-econômica e social latino-americana, por agregar: i) integração regional mediante o cumprimento de acordos firmado até então pelos mandatários da região; ii) fundação do Parlamento Sul-Americano; iii) coordenação de esforços em negócios de petróleo e gás; iv) criação de uma Comissão Permanente de Altos Funcionários, com sede no Rio de Janeiro, como um dos mecanismos necessários para monitorar a implementação de compromissos assumidos em reuniões de cúpula, a exemplo da II Casa.

A proposta brasileira, recebida sem oposição e, até mesmo, sem críticas contundentes pela maioria dos chefes de estados participantes da Casa, foi de encontro à ausência de proposições realistas, justificada pelos desacertos de idéias e objetivos. Primeiramente, pela identidade do elenco proposto com a própria natureza ou caracterização do bloco, cujas expectativas de êxito podem garantir a descaracterização da América Latina de subcontinente. Em segundo momento, por expressar a efetiva potencialidade do fórum com vistas à transformação

do Mercosul em mercado comum, exilando-o da simples caracterização de união aduaneira. É evidente que a antecipação brasileira pode gerar ainda novas condições para um possível processo de retomada de espaços de liderança, não obstante a elevada e agressiva competitividade bolivariana.

Além desta caracterização primária, a proposta brasileira pode gerar outras expectativas de ganhos políticos recíprocos no médio prazo – além de uma possível identidade macroeconômica – necessárias para a integração regional. Para tanto, espera-se que os debates, críticas, réplicas e acertos de contas atenuem a reciprocidade das assimetrias. Da mesma forma, distanciem seus representantes do espectro político-ideológico, fazendo-os convergir para o conjunto de demandas econômico-sociais que representam a expansão da fronteira latino-americana com os megabloques econômicos. Ao estreitá-la, poder-se-ia, num prazo hábil – mantendo-se a unidade política – aumentar o grau de importância estratégica da Cúpula. Além do mais, se mantida a unidade, poderá sob um *aggiornamento*, servir de apoio logístico permanente ao Mercosul, na qualidade de mercado comum do Cone Sul.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais* – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Fórum Social Mundial: nove objetivos gerais e alguns grandes equívocos

*Paulo Roberto de Almeida**

Os militantes do Fórum Social Mundial já começaram a preparar o próximo conclave anual do movimento. Esse encontro está marcado para a capital do Quênia, Nairobi, nos dias 21 a 24 de janeiro de 2007. As organizações participantes do FSM – nem todas as que gostariam de ser podem sê-lo, pois todas precisam concordar com a plataforma antiglobalizadora da qual elas se orgulham, o que significa que não se admitem discordâncias e desvios do “pensamento único” que defendem – elaboraram, em 2006, um conjunto de objetivos gerais que expressam, presumivelmente, a visão do mundo de seus militantes, quando não sua filosofia de vida.

Pretendo, no presente texto, transcrever esses nove objetivos gerais, tais como expressos no site do FSM, e tecer, em seguida comentários pessoais sobre cada um deles, agregando a cada vez argumentos de natureza conceitual e histórica sobre o que me parece correto e o que considero serem equívocos dos “ideólogos” desse movimento (“ideólogos”, aqui, no bom sentido da palavra, isto é, como produtores de idéias). Faço-o num puro espírito de debate intelectual, que geralmente ocorre de modo unilateral, pois raramente tenho encontrado antiglobalizadores que aceitem debater suas “idéias”. Não importa, vejamos simplesmente o que eles têm a dizer.

Cito, do site e de mensagem recebida em 2 de janeiro de 2007:

“Veja a seguir a lista completa dos nove objetivos gerais, que foram definidos a partir de consulta realizada entre junho e agosto de 2006 sobre ações, campanhas e lutas em que estão envolvidas as organizações participantes do FSM:

1. Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas;
2. Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro;
3. Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza;
4. Pela democratização do conhecimento e da informação;
5. Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação;
6. Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, habitação, emprego e trabalho digno;
7. Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos;
8. Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade;
9. Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos.”

Fonte: Reunião do Conselho Internacional do FSM, em Parma, Itália, 10-12 de outubro de 2006; link: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=7&cd_language=1.

Comentários sobre os objetivos do FSM:

Meus comentários serão puramente de natureza sociológica, ou econômica, uma vez que a maior parte

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

dos objetivos dos integrantes do FSM tem a ver com a organização social, política e econômica no plano mundial e com as formas de serem encaminhados alguns dos problemas com que se debate a humanidade, em especial a pobreza, a desigualdade, os desequilíbrios ambientais, sociais e de gênero, com seu cortejo de injustiças a serem remediadas. Acredito que a maior parte dos integrantes do FSM seja formada por jovens idealistas, efetivamente preocupados com os problemas que eles dizem pretender combater, embora uma parte significativa dos que poderiam ser identificados como dirigentes, os seus “ideólogos” – aqui no sentido marxista da palavra –, ostente uma nítida postura anti-capitalista e anti-mercado que não pode ser negligenciada.

1. Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas

Irreprocháveis e irretocáveis os três primeiros objetivos, embora o último, o de serem respeitadas as “espiritualidades diversas”, se parece muito com o chamado “relativismo cultural”, um conceito que passou a infestar as universidades ocidentais e as sociedades cristãs no período recente. Ou seja, em nome do respeito ao direito dos povos serem como eles são, pode-se acabar sendo convivente com os piores atentados à dignidade humana que se possa conceber. Refiro-me, concretamente, ao tratamento da mulher e das jovens adolescentes em determinadas sociedades africanas e asiáticas, nas quais não apenas se pratica a ablação do clítoris como se costuma entregá-las compulsoriamente, segundo conveniências familiares, a homens bem mais velhos, em casamentos arranjados (em alguns casos quando elas ainda nem se tornaram adolescentes). Sem mencionar a discriminação educacional e profissional, de modo geral, que elimina as mulheres de uma série de atividades produtivas nessas sociedades, caberia lembrar que o que distingue o progresso humano – ou civilizatório – é justamente o tratamento dado à mulher.

Ora, falar em relativismo cultural representa, em determinadas circunstâncias, preservar as piores

formas de opressão e de violação dos direitos humanos, culturais e até religiosos (uma vez que essas mesmas sociedades convivem com formas condenáveis de intolerância religiosa), sem que se possa avançar, por exemplo, a causa da universalidade e da indivisibilidade desses mesmos direitos humanos (individuais ou coletivos). De resto, o respeito às “espiritualidades diversas” é bem mais praticado nas sociedades ocidentais do que nessas sociedades implicadas nas formas mencionadas de discriminação, sem que se levante, contra elas, o mesmo princípio do “relativismo cultural” (uma vez que o que as caracteriza, justamente, é um absolutismo à toda prova na afirmação de suas particularidades espirituais e culturais). Em resumo, a defesa da ética pode não combinar com o respeito de “espiritualidades” que ofendem a dignidade humana.

2. Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro

Incompreensível, impraticável ou simplesmente quimérico, para não dizer totalmente irracional, na sua forma e na substância. O modo de produção capitalista, que se disseminou em todo o mundo nos últimos cinco séculos, aproximadamente, está justamente baseado numa forma de organização social da produção que tem nas empresas – eventualmente convertidas em grandes conglomerados – o seu principal vetor de inovação produtiva, de distribuição de produtos e de propagação de hábitos de consumo que derivam diretamente das atividades dessas instituições de mercado. Ainda que as formas individuais de criação de conhecimento e de tecnologia possam representar uma parte significativa do engenho humano aplicado produtivamente, ainda que as empresas cooperativas – que certamente são defendidas pelos militantes do FSM – possam ser um tipo de empreendimento socialmente recomendável, nenhuma pessoa sã de espírito negaria o fato de que, hoje em dia, parte significativa das inovações e dos sistemas produtivos se dão num contexto dominado por grandes empresas, as multinacionais aparentemente vilipendiadas pelos militantes do FSM.

Não considerando o fato de que eles também pertencem, atualmente, a um grande empreendimento multinacional – que, de certa forma, também apresenta o seu lado financeiro (do contrário eles não poderiam realizar seus vistosos encontros em capitais “alternativas”) –, esses militantes parecem viver num universo paralelo, que não tem nada a ver com o mundo real. Para esse tipo de objetivo ser cumprido, eu só teria uma única recomendação a fazer: os militantes do FSM precisariam parar, imediatamente, de usar celulares, de se comunicar por internet, de se locomover pelos meios habituais de transporte, de ir ao cinema, de ver televisão, enfim, parar de fazer a maior parte das coisas que eles fazem no seu dia-a-dia, uma vez que, inevitavelmente, eles estão “patrocinando” uma ou outra multinacional de algum setor qualquer de atividade. Ou seja, eles deveriam se retirar do mundo globalizado – no qual eles parecem se inserir tão bem – e se refugiar como eremitas nas montanhas do Afeganistão, onde a globalização aparentemente ainda não penetrou (nem, aliás, o tal de “capital financeiro”).

Como esse objetivo deve ter sido inculcado nos jovens idealistas que freqüentam os foros da antiglobalização por velhos militantes da causa socialista, deve-se alertar esses jovens que eles estão embarcando numa causa perdida antecipadamente. O mundo não será “libertado” das vis multinacionais porque, simplesmente, não existe força humana, sequer coletiva, capaz de realizar tal tarefa impossível.

Sugiro simplesmente borrar completamente esse objetivo da lista do FSM.

3. Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza

Simple e elogiável, dito assim, de modo generoso e não utilitarista; ou difícil de ser realizado na prática, se olharmos mais de perto cada um desses conceitos. “Acesso universal” significa que todas as sociedades possam ser colocadas num mesmo patamar de consumo e de dispêndio de energia, algo difícil de ser realizado efetivamente, em vista das diferentes dotações de fatores naturais e dos diferentes níveis de produtividade do trabalho humano. O “acesso” é o resultado de uma certa capacitação técnica – que pode ser inerente ou importada, mas aqui isso depende de meios adequados – no atendimento das necessidades humanas, triviais e não triviais, o que as sociedades conhecidas ainda não conseguiram assegurar de modo igualitário mesmo depois de cinco mil anos – ou mais – de civilização material. Infelizmente esse acesso é desigual, a despeito mesmo da disseminação quase universal das técnicas mais elementares de cultivo, de saneamento básico e de produção de alimentos: a privação ainda é um traço muito comum em pelo menos metade da população do planeta em pleno segundo milênio da chamada era comum. Esse acesso desigual não resulta, como gostariam de acreditar alguns simplistas do pensamento socialista,

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

da exploração colonial ou da dominação imperialista, mas sim dos diferenciais de produtividade do trabalho humano, o que depende basicamente de educação ou, simplesmente, de capacitação técnica.

Acesso “sustentável” significa que os sistemas produtivos nacionais não destruam os recursos naturais, além da capacidade de reprodução ou de manejo do meio ambiente, o que justamente não é assegurado nas sociedades dotadas de baixa produtividade. Trata-se de um círculo vicioso, no qual a pobreza amplia a destruição dos recursos existentes. A elevação dos padrões produtivos, em geral vinculada à inovação trazida por grandes empresas (às quais se opõem os militantes do FSM), pode contribuir para diminuir o grau de “insustentabilidade” dos processos produtivos “rústicos”. Desse ponto de vista, os militantes do FSM deveriam patrocinar ativamente essa elevação a padrões sustentáveis de produção, por quaisquer meios disponíveis, o que implicaria, em princípio, a aprovação da “penetração” das multinacionais nos sistemas produtivos nacionais, algo aparentemente inaceitável aos seus olhos.

Finalmente, o conceito de “bens comuns” está associado a dois elementos cada vez mais presentes em nossas vidas: por um lado, os grandes espaços naturais (ainda) não delimitados politicamente por soberanias exclusivas, o que inclui oceanos, atmosfera e o meio ambiente, de modo geral, mas também o chamado estoque acumulado de conhecimento humano, o que inclui as descobertas, a produção científica, os saberes e as artes, que podem constituir patrimônio comum da humanidade; por outro lado, aumentam progressivamente os bens culturais colocados voluntariamente à disposição do público, conhecidos pela sigla “cc”, os *creative commons*, ou “coletivos”, no lugar dos direitos proprietários, vinculados ao *copyright*. Não existe, *a priori*, nenhuma objeção técnica a que essa apropriação de “bens comuns” se faça de modo mais amplo, mas no plano prático isso depende de meios de “delivery” – ou seja, internet, computadores e logística, de modo geral –, que sempre apresentam custos que devem ser assumidos por alguém (a coletividade ou instituições privadas, que não costumam trabalhar de modo gracioso).

Talvez os militantes do FSM pudesse começar contribuindo para essa causa colocando “em comum” as suas discussões e foros, hoje restritos apenas aos que concordam com suas posições e políticas.

4. Pela democratização do conhecimento e da informação

Este objetivo tem muito a ver com o anterior e, como ele, depende da disseminação das informações – o que depende, mais uma vez, de meios técnicos de acesso – e da disponibilidade dos conhecimentos. Os conhecimentos que resultam de descobertas e da produção científica estão praticamente livremente disponíveis, de modo direto e imediato, nas bases de dados abertos colocados na internet. Existe, porém, uma outra parte do conhecimento, com aplicações diretas no sistema produtivo – que é tecnologia ou *know-how* –, que exige grandes investimentos para sua elaboração, sendo geralmente protegida por regimes proprietários (patentes e outros títulos).

Supõe-se, portanto, que por “democratização” os militantes do FSM queiram dizer, de modo direto, o maior acesso possível, não necessariamente de modo gratuito, mas eventualmente por via do mercado, a instituição humana – não inventada – mais eficiente que já se descobriu para alocar recursos e fatores produtivos e para distribuir bens e serviços (inclusive informação). Pode-se propor, mais uma vez, que os militantes do FSM comecem democratizando a informação e o conhecimento de que já dispõem, criando escolas para formação básica em disciplinas elementares para aquela parte da humanidade hoje excluída dos sistemas formais de ensino.

5. Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação

Nada, absolutamente nada, a objetar, a não ser o mesmo tipo de argumento implícito ao primeiro objetivo, que consiste na proclamação praticamente universal de direitos e garantias individuais, sem um mínimo de perspectiva crítica quanto à diversidade

“estrutural” existente no mundo. As desigualdades remanescentes – ou melhor, existentes, de fato – entre os homens (entre os gêneros, sobretudo) e as sociedades não são apenas o produto da vontade dos homens e das sociedades, mas resultam de causas estruturais muito lentas a se implantarem e ainda mais lentas a se dissolverem. Esse objetivo está implícito a um dos grandes objetivos do milênio, tal como definido pela conferência da ONU para sua redução até 2015, mas ele será, provavelmente, o de mais difícil erradicação da face da Terra, em especial naqueles territórios e sociedades pouco afetados pelo processo de globalização, o mais poderoso indutor de modernização econômica e social que se conhece na história da humanidade. Pena que os militantes e as organizações do FSM sejam tão acidamente contrários a este processo, em nome da preservação, justamente, da diversidade dos povos, esquecendo, talvez, que essa “diversidade” é muitas vezes produtora de discriminações que têm suas raízes em costumes ancestrais que caberia extirpar, em nome, por exemplo, da dignidade da mulher.

6. Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, habitação, emprego e trabalho digno

Mais uma vez, nada a objetar, a não ser, igualmente, o fato de que esses “direitos” têm de ser “produzidos” de alguma forma, o que coloca novamente na agenda dos militantes do FSM a difícil questão de nos explicar a origem da “cornucópia” fantástica que vai “garantir” esses bens de modo semi-automático. Em geral há uma tendência, nesses meios, a considerar que basta determinar que os Estados sejam organizados de forma a “prover” o acesso de toda a população a esses direitos básicos, independentemente do seu modo efetivo de provimento, para que isso ocorra, como que por *fiat* divino. É o que Marx e Engels chamavam de “socialismo utópico”.

Trata-se de uma carência lamentável na “economia política” desses movimentos, uma vez que eles estão

sempre invocando o *slogan* mágico de que “um outro mundo é possível”, sem jamais, porém, avançar os rudimentos, que seja, desse mundo alternativo. Dele não se conhecem seus contornos arquitetônicos, sua localização no tempo ou no espaço e, mais importante, suas engrenagens essenciais, ou seja, seu modo de funcionamento interno. A não ser que ele funcione por moto perpétuo, como no velho sonho dos reformistas utópicos, não existe nenhuma maneira factível (conhecida dos economistas, em todo caso) que seja capaz de assegurar o livre provimento desses bens de maneira ampla e indiscriminada, a não ser distribuindo os custos e as penas do processo produtivo por toda a sociedade. Como o Estado, em si, não produz absolutamente nada – a não ser, obviamente, déficit público – e como tudo o que ele recolhe sob forma de recursos teve de ser previamente produzido pelos agentes econômicos (que são os trabalhadores e seus patrões), supõe-se que os militantes do FSM já tenham pensado em modos alternativos de “dar” ao Estado o poder mágico de dispensar favores sem custo para a sociedade.

Curiosamente, pelo que se conhece da experiência histórica – dos últimos 150 anos, pelo menos –, as sociedades menos aptas a prover seus cidadãos de quantidades ilimitadas desses bens materiais (e alguns “espirituais”, como a cultura ou a liberdade) são justamente aquelas mais dominadas pela presença econômica do Estado enquanto agente ativo do processo produtivo. Ao contrário, as sociedades mais produtivas – e as que desfrutam de maior liberdade, também – foram e são aquelas cujos princípios organizadores dão menos ênfase ao papel do Estado e maior à própria sociedade civil, no seu sentido estritamente produtivo. A objeção de que as sociedades mais avançadas do mundo, no plano do IDH por exemplo, são as escandinavas ou nórdicas, nas quais o Estado desempenha um preeminente papel redistributivo, não pode ser considerada como uma denegação dessa tese, uma vez que o direito à propriedade privada, em sua expressão plena, e a capacidade de iniciativa individual estão nelas totalmente asseguradas. O próprio Estado está nelas integralmente controlado pelas forças vivas da nação,

como sabem reconhecer todos os que conhecem o modo de funcionamento das sociedades nórdicas.

7. Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos

No plano jurídico, tampouco haveria algo a objetar a esse objetivo inatacável do ponto de vista democrático, praticamente kantiano em sua inspiração. Ocorre, porém, que a ordem mundial não está baseada na representação dos povos, mas sim na organização dos Estados, e aqui começa todo o problema. Como sabem aqueles que já leram a Carta da ONU, ela começa invocando no preâmbulo os “povos das Nações Unidas” – que são aqueles que derrotaram as “potências do mal”, no caso, a Alemanha e o Japão – mas todos os seus enunciados posteriores referem-se, não a “povos”, mas aos “Estados membros”. O Estado nacional é a forma política até aqui insuperável que a humanidade encontrou para organizar esse arremedo de “ordem mundial” que temos hoje.

Em outros termos, a soberania que temos hoje é a westfaliana, baseada no velho princípio da não-subordinação de um Estado a um outro (em teoria, pelo menos). Da mesma forma, a autodeterminação tem mais a ver com o direito dos governos a decidirem em toda legitimidade a ordem interna em suas respectivas jurisdições do que com os direitos dos povos em exercer, diretamente esse direito, do contrário a ONU não poderia aceitar em seu seio governos não-democráticos (ou ditaduras execráveis), o que sabemos que tampouco é o caso. Os “direitos dos povos”, por fim, poderiam estar consubstanciados na Declaração de 1948, mas ela se refere aos direitos do homem, tão facilmente negados em certos regimes que integram, de pleno direito, a ordem mundial regida pela ONU.

A soberania nacional tem sido justamente invocada como um biombo muito cômodo para a violação dos mais elementares “direitos dos povos”, a começar pela segurança e pela liberdade. Os militantes do FSM dariam um grande passo adiante, na defesa

dos “direitos dos povos”, se eles se decidissem a lutar, justamente, pelo fim da soberania absoluta dos Estados como próxima fronteira na construção do direito internacional, colocando como princípios organizadores dessa “ordem mundial dos povos” o respeito à democracia política e a defesa absoluta dos direitos do homem (e do cidadão) como critérios de “inclusividade” na nova ordem onusiana. Movimentos que não pretendem representar os Estados, mas os cidadãos, precisamente, deveriam pensar nesse tipo de progresso conceitual no terreno do direito internacional. (Eles não precisam me agradecer pela idéia, basta usar, sem qualquer tipo de *copyright*.)

8. Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade

Pelo que eu conheço dos princípios econômicos elementares, toda e qualquer economia é baseada nos povos e na sustentabilidade, do contrário ela já teria desaparecido da face da Terra. Em outros termos, esse objetivo geral não quer dizer absolutamente nada, a não ser que os velhos “ideólogos” do FSM – não os seus jovens idealistas, entre os quais podem estar alguns que já estudaram o seu manual de economia, o famoso *text-book Economics 101* –, queiram significar com isso que a economia não pode se sustentar nos mercados, nas trocas mercantis e na busca desenfreada de lucro, o que é muito mais provável, se eu conheço a fauna do FSM.

Não é segredo para ninguém que as organizações que militam no FSM abrigam um número considerável – preponderante mesmo, eu diria – de pessoas que rejeitam, quase como um anátema, a peste em pessoa, o capitalismo, os mercados, o lucro, enfim, tudo aquilo que se assemelhe, de perto ou de longe, a formas de apropriação privada dos meios de produção e a formas mercantis de distribuição de bens e serviços. Seu ideal seria um mundo que funcionaria sem mercados, sem dinheiro, sem capitalismo e sobretudo sem capitalistas, o que seria o máximo de genialidade possível. Infelizmente para os órfãos do socialismo estatal e para os viúvos do planejamento centralizado, o embate entre modos de produção já

se deu nos bastidores da história e, pelo que eu sei, o capital venceu. Tudo isso pode não ser muito agradável para os idealistas de sempre (e para alguns rancorosos irredentistas), mas a história tem dessas coisas que, de vez em quando, resultam no soterramento definitivo de paquidermes pouco adaptados às novas condições ambientais. Pode-se até chorar uma lágrima pelo desaparecimento desses monstros simpáticos do passado, mas não se pode pretender sua sobrevivência em contradição com os novos dados da história (ou até da “geologia” econômica).

Quero crer que os que redigiram este objetivo geral estejam entre a dor pungente de terem perdido um ente querido e a confusão mental de não terem absolutamente nada para colocar em seu lugar, do contrário não teriam formulado um objetivo tão “sem pé nem cabeça” como esse. Eu proponho simplesmente que os militantes do FSM retirem esse objetivo da sua lista, refaçam o dever de casa e voltem depois com algo melhor, isto é, algum objetivo que tenha consistência econômica ou pelo menos sustentabilidade lógica.

9. Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos.”

Nenhuma objeção, no terreno dos princípios. Ocorre porém uma pequena dificuldade que esse princípio, plenamente assegurado em *politieis* relativamente diminutas, como aquelas que se reuniam na ágora grega dos tempos de Péricles – ou, ainda hoje, em algumas aldeias de cantões recuados da Suíça moderna –, é um pouco mais complicado de ser assegurado em alguns países de dimensão continental: experimente reunir a população da China, ou que seja da cidade do México, para uma discussão “democrática” sobre o uso dos recursos públicos. Complicado, não é mesmo?

Esse democratismo de base é muito fácil de ser proclamado, mas muito complicado de ser implementado nos modernos regimes democráticos, que organizam povos disseminados por um vasto

território. Foi, aliás, por isso mesmo que se inventou a instituição da representação política, plenamente assegurada na maior parte das democracias modernas. Justamente, as organizações que militam no FSM são as menos propensas a pregar esse tipo de controle democrático sobre as decisões e quanto ao uso dos recursos, uma vez que, elas mesmas, raramente se submetem ao princípio que pregam: estruturas democráticas pressupõem voto aberto, respeito aos direitos da minoria e equilíbrio de poderes, com controle independente das decisões adotadas e escrutínio externo quanto ao uso de recursos (tribunais constitucionais e cortes de contas, segundo as regras dos *checks and balances*). No Brasil, sobretudo, onde grande parte das ONGs vivem de recursos públicos – segundo pesquisas confiáveis –, a chamada *accountability* dos movimentos ditos “sociais” é algo ainda mais difícil de ser assegurado.

Proponho, então, que os militantes do FSM refinem esse último conceito, consultem o seu Norberto Bobbio em algum fim de semana mais folgado – depois do próximo encontro, talvez – e voltem a se reunir em Parma para redigir um novo objetivo geral que seja menos “democratista” em seus princípios básicos e mais realista em suas aplicações práticas.

De modo geral, comparando-se o mínimo de estruturação conceitual que se registra hoje em alguns dos textos dos militantes do FSM com a grande confusão mental que reinava em seus primeiros encontros – da fase de Porto Alegre –, percebe-se que os chamados altermundialistas (que eu prefiro chamar de antiglobalizadores) estão fazendo um grande esforço para afinar as suas idéias, tanto quanto se percebe, e tentam, honestamente, se ousar dizer, fazê-las encontrar-se com a realidade do mundo. Mas, eles ainda estão bem longe da “realidade efetiva das coisas”, como diria um outro filósofo italiano (totalmente globalizado, cabe registrar).

Atualmente, em todo caso, em lugar dos *jamborees* anuais, nos quais o maior esforço de transpiração consistia em xingar o imperialismo, em lugar de uma saudável inspiração mental, nota-se o sincero desejo de oferecer algumas respostas mais

ou menos estruturadas aos problemas complexos com que se defrontam os povos (que eles dizem representar). Mais algum esforço e um pouco mais de organização – porque globalizados eles já estão, talvez até mais do que os seus odiados “primos” capitalistas de Davos –, os altermundialistas justificarão finalmente o nome pelo qual pretendem ser chamados: eles ainda precisam oferecer uma forma alternativa, mas factível,

de organização social da produção que não seja inerentemente injusta e desigual como atualmente o é a capitalista. Eu pessoalmente desconfio que, antes disso, muitos desses militantes se converterão em sisudos capitalistas alternativos, mas isso faz parte do processo.

Em todo caso, eu desejo a todos um bom encontro em Nairobi. Continuem sonhando!



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Eleições na Venezuela: Chavez e o Fio de Ariadne

*Thiago Gehre Galvão**

“la América es ingobernable, el que sirve una revolución ara el mar, este país caerá sin remedio en manos de la multitud desenfrenada para después pasar a tiranuelos casi imperceptibles de todos los colores e razas...”

Gabriel Garcia Marquez, citando Simon Bolivar

A intenção deste artigo é ressaltar o enigma do modelo democrático na Venezuela; compreender o dilema da emergência da oposição venezuelana; decifrar parcialmente a atuação internacional do governo Hugo Chavez por meio de sua política exterior; e apontar para a sobreposição de dois projetos, um nacional e outro pessoal, de condução do futuro venezuelano que se aprofunda com a continuidade de Chavez no poder.

Balanco das Eleições: modelo democrático e oposição

O balanço das eleições de 3 de dezembro de 2006 na Venezuela apresenta dois encaminhamentos marcantes para a história recente do país: por um lado, o aprofundamento de um projeto governamental com base nos ideais (ideologia, simbologia e práticas) revolucionários de Simon Bolívar que desafia os cânones democráticos e por outro, a emergência de uma nova (velha) oposição que se “atreveu” a enfrentar a supremacia política de Chavez.

Como esperado, o processo eleitoral venezuelano foi criticado pelo excessivo intervencionismo estatal em prol da reeleição de Chavez, o que não deixou de garantir que as bases para a construção de um movimento político plural fossem lançadas. A vitória nas urnas foi indubitável: dos 27 milhões de venezuelanos, 16 milhões estavam registrados para votar e Chávez ganhou as eleições com 7,2

milhões de votos, contra os 4,2 milhões do social democrata Manuel Rosales. Contudo, os 63% dos votos validos não contabilizaram os tão esperados 10 milhões de votantes. Persiste, de fato, uma parcela considerável da população venezuelana (quase metade) que não está disposta a aceitar os avanços de um projeto tido como autoritário, autocrático e militarista. A classe média representa cerca de 16% da população, mas não parece ter capacidade ou interesse em se mobilizar contra o governo. Outro fato relevante é a emergência de uma burguesia bolivariana, uma nova classe média que se aproveita do revigoreamento do modelo de Estado petrolífero (*petrolstate*) e que, se supõe, criará um novo vínculo entre governo e sociedade, com base em lealdades assumidas, ao invés da submissão estabelecida pelas relações patrimonialistas e clientelistas desde o pacto de Punto Fijo em 1958.

Em suma, está claro que a Venezuela permanece política e ideologicamente fragmentada em porções desiguais e que a luta em ambos os lados não é em favor ou contra uma pessoa em particular, mas por ideologias e sistemas de vidas distintos. Logo, desenham-se duas conclusões parciais. Primeiro, que a própria natureza do regime democrático venezuelano é atípico e controverso, sobretudo, no que se refere a concebê-lo segundo os cânones norte-americanos ou europeus. Segundo, que a oposição encara um dilema entre restauração do poder, perpetuando o modelo tradicionalista e renovação do poder, produzindo a

* Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR e Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (thiago.gehre@gmail.com).

própria legitimidade democrática do governo recém eleito.

A oposição, centralizada na figura de Manuel Rosales, apresentou um conjunto de propostas de reformas constitucionais, como o fim da “*doble volta*” na eleição presidencial, redução do período do mandato para quatro anos, garantia do respeito à propriedade privada, garantia de liberdades de ensino, expressão, culto, estabelecimento de normas para garantir a transparência na administração pública e uma proposta de redistribuição da riqueza petrolífera diretamente ao povo venezuelano. Todas elas estão direcionadas para atrair a parcela da população insatisfeita com as políticas pontuais de Chavez, os indecisos que se abstiveram no pleito do dia 3 de dezembro ou aqueles que ideologicamente não se identificam com o projeto chavista. Ainda que de difícil consecução, tais medidas representam o despertar da oposição em um ambiente esterilizado politicamente pelas reconduções ao poder de Chavez, desde 1998. Como lembra Teodoro Petkoff, parece ter chegado o momento “...*de comenzar a construir una nueva mayoría*”.

Tal movimentação parece confundir os analistas conjunturais, que apressados, determinam o ressurgimento de uma vigorosa oposição, o ocaso do regime chavista e a transição para um modelo democrático liberal. Entretanto, uma análise mais parcimoniosa leva a repensar a própria noção de democracia na América Latina, com base em sua história turbulenta. Ao mesmo tempo, trata-se de compreender que o modelo venezuelano foi construído por um conjunto de práticas que escapam as descrições de estudiosos contemporâneos e de pensadores clássicos. Tal confusão conceitual, aliado ao histórico militarista latino-americano e venezuelano, projeta um quadro de identidade do governo Chavez com padrões de regimes autoritários e até fascistas, o que já rendeu, por exemplo, um pedido formal do senado colombiano para que a OEA, por meio da Carta Democrática Interamericana, sancionasse a Venezuela. Faz-se necessário, contudo, uma análise profunda das premissas teóricas do modelo democrático venezuelano em sua prática, para solução deste enigma.

Além disso, é possível inferir sobre a existência de um limite gnosiológico dos grupos que fazem oposição ao governo. Todos eles continuam vinculando suas agendas políticas à cultura tradicionalista herdada de Punto Fijo, o que naturalmente restringe o pensar diferente e o propor algo realmente novo para a política nacional. É inegável a turbulência política por que vem passando o país desde o início da década de 1990, desde as recentes tentativas de golpe (1989, 1992, 2002), as insurgências populares (Caracazo de 1989, Paro petrolero de 2003, greve geral em 2004), até o impeachment e destituição de um presidente (Carlos Andrés Peres em 1993); como pano de fundo a deterioração dos termos de troca petrolíferos, a corrupção generalizada em diferentes níveis de governo e um quadro constante de crise econômica e social, produziram um rechaço nacional contra o neoliberalismo e contra o grupo político-partidário vigente, que abriu espaço para a emergência de Hugo Chavez. Para Petkoff, os partidos que governaram viraram máquinas eleitorais egocêntricas e não mais perceberam o horrível empobrecimento da população.

Assim, instala-se um vórtice paradoxal no qual mergulha a oposição venezuelana no século 21, preenchido por idéias de diferentes densidades: a) continuidade do tradicionalismo político dos projetos da Ação Democrática e do COPEI, b) ânsia por retomar o poder e estirpar o movimento bolivariano da história do país; c) domínio sobre as bases econômicas e produtivas do petróleo; d) assumir o papel de oposição em um país em que as regras do jogo democrático não são muito transparentes; e) repensar as bases políticas e ideológicas oposicionistas para fazer frente ao governo Chavez. Assim se caracteriza o “dilema da oposição” na Venezuela: reerguer a oposição venezuelana para modificar o *status quo* significa também legitimar o próprio governo instalado, fornecendo subsídios ideológicos e práticos para a escaramuça democrática de Chavez.

A formação de um projeto nacional

Incólume aos gritos da oposição e seguro de seu sucesso nas urnas, Chavez avança neste segundo mandato com o objetivo de transformar de fato a realidade venezuelana e para tanto definiu um plano

nacional de desenvolvimento, cuja **missão** principal seria a de superar o caráter disfuncional do estado venezuelano e sua vocação micro-regionalista.

Para tanto, os objetivos traçados se referem à educação (com a expectativa de politização e ideologização do ensino), redução da pobreza (com um conjunto de medidas assistencialistas), a chamada *sempra petrolera* (controle total sobre o setor do petróleo e ampliação dos investimentos), política externa ativa (globalização e formação de parcerias estratégicas); fortalecimento energético (interiorização energética e ampliação da capacidade instalada de termoelétricas e hidroelétricas); desenvolvimento econômico e maior controle sobre a economia (fim da autonomia do Banco Central).

A formação do projeto nacional, além de confiar sobremaneira no setor petrolífero, avança sobre as nacionalizações de setores tidos como estratégicos. Assim, o projeto neo-socialista de Chávez prevê a nacionalização de empresas que foram privatizadas no início da última década do século 20 e de outras que, sendo privadas em sua origem, controlam setores que Chávez considera “estratégicos” para a soberania e a segurança do país, como a principal companhia de telecomunicações, a Compañía Anônima Nacional Teléfonos de Venezuela (CANTV), que tem a americana Verizon e a espanhola Telefônica como acionistas, e a empresa Electricidad de Caracas, que é propriedade de uma corporação baseada na Virgínia (Estados Unidos). Ademais, a intenção do governo venezuelano é garantir a nacionalização dos projetos de petróleo administrados por empresas estrangeiras na região do rio Orinoco, onde está localizada a principal reserva petrolífera venezuelana, até então administrados pelas empresas British Petroleum (BP), Exxon Mobil, Chevron, Conoco Philips, Total e Statoil.

Ademais, o governo vem legitimando sua atuação com base em índices que mostram a melhoria da condição geral da sociedade. Segundo informe da CEPAL sobre o panorama social da América Latina em 2006, de 39,8% a 38,5% da população da América Latina está em situação de pobreza, enquanto entre 15,4% e 14,7% em situação de extrema pobreza (caracterizando-se como indigência). Além disso,

alerta-se para o fato de que a região demorou 25 anos para reduzir a incidência da pobreza. Dentro deste quadro geral, a Venezuela de Hugo Chavez vem se destacando, uma vez que conseguiu reduzir o quadro de pobreza e indigência de patamares de 49,4% e 21,7%, respectivamente, em 1999, para 37,1% e 15,9% em 2005. E pelas projeções, os índices deverão melhorar para o ano de 2007.

Sem dúvida, um dos pilares do projeto nacional do governo Chavez se traduz em sua política externa. No plano da política internacional, destaque para a globalização da política externa venezuelana e promoção de uma nova ordem internacional. Primeiro, define como prioridade a conformação da ALBA, mas não descarta seu movimento estratégico de adesão ao Mercosul, ressaltando a importância de se construir uma visão estratégica comum sul-americana. Por um lado, intensifica os contatos com os regimes de Fidel e Morales, por outro ratifica o compromisso com o Mercosul, para que este seja a ponte para a afirmação de uma confederação de países da América do Sul. Segundo, utiliza a diplomacia presidencial, e sua chancelaria, com vistas a consolidar e diversificar as relações internacionais do país, robustecendo a cooperação sul-sul e fortalecendo a posição venezuelana na economia internacional. Terceiro, num espectro mais ideológico, luta para quebrar a dependência aos organismos financeiros internacionais e fortalecer a soberania nacional, produzindo com isso uma integração mais justa e equitativa em uma ordem internacional multipolar.

O desenho de um projeto pessoal

Não obstante ter forjado um projeto nacional com objetivos determinantes para o desenvolvimento do país, é cada vez mais claro o personalismo que o mandatário venezuelano vem imprimindo à prática política. Neste caso, o projeto nacional está sendo eclipsado por um projeto pessoal de continuidade e perpetuação no poder.

Para tanto, Chávez deverá promover uma nova reforma para que o chefe de Estado possa exercer

mais que dois mandatos consecutivos, como dita a atual lei venezuelana. Como um comunicador nato, tem utilizado todos os meios a seu dispor como rádio, televisão e internet, além de encontros políticos e reuniões com autoridades estrangeiras para exortar sua mensagem libertadora, com base na herança de Simon Bolívar. Apropriou-se dos instrumentos democráticos, como o referendo e a constituição, para legitimação de seu projeto pessoal de poder. Por exemplo, obteve da Assembléia Nacional da Venezuela a aprovação da chamada “Lei Habilitante”, que outorgará poderes especiais com os quais poderá ditar leis por decreto durante 18 meses.

Por um lado, valoriza em seus discursos as instituições nacionais, por outro as ignora, estabelecendo um contato direto entre o governante e as massas e fazendo dos venezuelanos não mais unidades de um sistema clientelista, que criava lealdades em uma estrutura societária piramidal, de baixo para cima, mas transformando os chavistas em “filhos da pátria” que se vinculam diretamente ao presidente, em um sistema paternalista, devendo-lhe lealdade e vinculando-os por laços imaginados. Cria-se um culto à personalidade, característica histórica na América Latina, com Juan Domingo Perón e Fidel Castro, que só fortalece seu projeto pessoal de poder.

Conclusão

Ariadne na mitologia grega é conhecida como senhora dos labirintos – personagem que ajudou Teseu a matar o Minotauro no labirinto em Creta e sair de lá com vida. O fio de Ariadne representa,

dentre outras coisas, o caminho à consciência, à segurança, à verdade. Com a reeleição de Hugo Chavez na Venezuela, percebe-se que um novo estado de consciência coletiva começa a tomar conta de uma população cujo mandatário apresenta-se como figura representativa de um projeto revolucionário. Bolívar, grande inspirador de Chavez, em seus últimos momentos de vida visionava o dramático futuro da nação que forjara a fogo e sangue, talvez enxergando o que o aguardava, e a todos os venezuelanos, no fim de seu labirinto.

Os labirintos tanto podem ser locais de esperanças e sonhos de uma vida, como portais que aprisionam o tempo e facilitam estados alterados de consciência. Desde 1999, Hugo Chavez está engajado em uma luta constante pela persuasão das massas e diversos grupos sociais: de convencer pelo espírito (ideologia e nacionalismo) e agradar pelo coração (políticas assistencialistas). Em seu labirinto, o desafio a ser vencido é o de romper com o tempo histórico venezuelano tradicional, que tem obstaculizado o influxo modernizador tanto de dentro para fora como de fora para dentro. É a questão de evitar com que o projeto “socialismo do século 21” gere a obsolescência do estado nacional diante de idéias planificadoras e centralizadoras como as de seu governo. Em suma, o poder em si mesmo parece estar substituindo o romantismo dos ideais bolivarianos como ideologia que sustenta a retórica chavista. Em um país em que governo e oposição não dialogam, o autoritarismo parece ser o caminho mais curto para governar. Cabe ao coronel não se perder em seu próprio labirinto e com ele levar uma nação inteira!



Resenha

*A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**

*Ricardo DaSilva***

Livro-chave para a compreensão da economia internacional – e em particular do sistema financeiro internacional – a obra compõe-se de uma coletânea organizada pelo professor François Chesnais. Ela dá seguimento ao pensamento do autor, cujas obras lançadas no Brasil foram: **A mundialização financeira – gênese, custos e riscos**, pela Xamã, e **Tobin or not Tobin? Uma taxa internacional sobre o capital**, pela Universidade Estadual de São Paulo.

O livro conta com o prefácio do professor Luiz Gonzaga Belluzzo que expõe a face real da globalização neoliberal: uma intrincada rede de interesses construída pelos mercados financeiros internacionais, sob a necessidade voraz de reprodução do capital que gera ilusões de riqueza. Outrossim, ele expõe o contraponto na economia brasileira, em decorrência das remessas de lucros por empresas de serviços públicos como telefonia, eletricidade, etc., as quais agora necessitam de investimentos governamentais, ou seja, dos contribuintes para atender as chamadas áreas “não rentáveis”.

Chesnais, na versão brasileira da obra, escreveu uma apresentação específica, na qual argumenta que o Brasil faz parte do grupo de países que apresenta um aumento de suas reservas cambiais não para o pagamento da dívida externa, mas para seguir o conjunto de elementos que desenham concretamente a capacidade efetiva do capital para assegurar sua reprodução.

Doze autores estudam as consequências impostas pelos poderes do mercado financeiro e dissecam as relações entre ele e a hegemonia dos Estados Unidos, tanto no campo militar, quanto no política, no mercado de câmbio etc., bem como os riscos da combinação entre a dependência externa da superpotência e uma doutrina de segurança.

No primeiro capítulo, o próprio Chesnais discorre sobre a mundialização do mercado financeiro e do capital portador de juros, bem como a natureza e os efeitos de sua interpenetração no capital industrial. Ele disserta sobre as etapas da acumulação financeira e o ritmo acelerado sobre o desempenho da economia mundial e questiona o que ele mesmo chama de “insaciabilidade” das finanças. Mais adiante, Brunhoff, conectada com o texto anterior, analisa as causas da instabilidade monetária internacional que se manifesta com as flutuações nos mercados de câmbio.

Duménil e Lévy estudam a configuração das relações econômicas e financeiras internacionais com a hegemonia americana. Dela, os autores comparam as taxas de lucros e o lucro retido das empresas e suas respectivas taxas de investimento entre os Estados Unidos e a Europa. Sauviat concentra-se nos fundos de pensão e nos fundos coletivos (*mutual funds*) americanos e discorre sobre como esses investimentos que, por sua natureza deveriam ser socialmente responsáveis, são ambíguos nos direitos de seus cotistas, ou seja, passam para o mercado financeiro

* Resenha de CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005, 255p. ISBN: 85 7559 069 3.

** Mestre em economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRR e em Administração pela Universidade de Brasília – UnB e Professor do Departamento de Economia e Administração da Universidade Católica de Brasília – UCB (ricardos@unb.br).

os recursos e a responsabilidade das aposentadorias dos trabalhadores.

Plihon, no capítulo seguinte, debruça-se sobre as conseqüências das empresas francesas em aceitar investidores institucionais, ao mostrar que a estagnação econômica e a elevada taxa de desemprego durante os anos de 2002 e 2003 são vulnerabilidades abertas por investidores do mercado financeiro tanto na França como nos demais países industrializados.

Jeffers, por sua vez, apresenta a argumentação da disputa político-econômica mundial, sendo que a Europa representa também uma “alternativa” e um ponto de apoio para o capital financeiro nos investimentos na própria região, na América Latina e na Europa Oriental. Uma disputa não de modelo, mas apenas de concorrência entre as praças financeiras de Frankfurt, Paris e Londres. Não se pode esquecer de que a mundialização financeira teve início com o eurodólar emanado da City londrina e posteriormente seguindo a trajetória das demais praças financeiras da Europa continental.

Em seguida, há o estudo sobre como a liberalização financeira em 1990 no Japão resultou na amplitude do colapso do preço dos ativos bursáteis e imobiliários. Além do mais, a demora do governo em intervir conduziu a um acúmulo particularmente

elevado de dívida e de crédito irrecuperáveis por bancos e sociedades seguradoras do país, a qual não deve ser confundida com a crise mais profunda do modelo japonês, atingindo em cheio por problemas estruturais como coloca Rubinstein.

Em sua oitava parte, mostra-se como o capital financeiro é insaciável em sua busca de super-lucros e de vantagens na concorrência com outros setores e proporciona-se a relação estreita entre ele e o capital industrial. Camara e Salama propõem uma análise diferenciada da inserção dos países em desenvolvimento na globalização, assim como dos efeitos contraditórios ou “paradoxais” dessa inserção, principalmente por meio do investimento direto estrangeiro (IDE).

No último capítulo, Mampey e Serfati examinam as perspectivas sombrias do entrelaçamento entre mercado financeiro e o complexo militar-industrial nos Estados Unidos, ao ofertar ainda a evolução das relações entre as tecnologias militares e as civis – em particular, as de informação e de comunicação – e o comprometimento entre as instituições políticas – sobretudo as que compõem o Executivo – e os grupos financeiros do complexo industrial-militar, particularmente depois da eleição de George W. Bush e do atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

Os autores se perguntam se os mercados financeiros não estariam em vias de colocar a inevitabilidade de novas guerras e de novas operações militares em seu horizonte de cálculos. Chamam eles a atenção para a seguinte reflexão: se os rendimentos do mercado financeiro não estariam fundados sobre a frágil base da especulação, mas sim sobre o cálculo de que somente a supremacia militar pode permitir aos Estados Unidos se protegerem dos contragolpes sociais e políticos que um modo de produção e de consumo “insustentável” gera para o planeta.

Por fim, a leitura do livro é uma tarefa encorajadora e prazerosa, pois se trata de uma coletânea com a qual se depara com uma quantidade de informações e análises instigantes, o que faz que a reflexão sobre o capital financeiro constitua-se em uma condição essencial para quem deseja entender a economia internacional do alvorecer do século XXI. Para o organizador do presente trabalho, não há respostas fáceis, nem respostas únicas válidas para entender a finança mundializada.

